

A aliança estudantil-operária no Maio de 68 francês: uma lição para as lutas contemporâneas

Gabriel Teles¹

O ano de 2018 nos presenteia com a comemoração de 50 anos de uma das experiências mais impactantes do século XX: o Maio de 68. Meio século é um período de tempo já significativo para voltarmos, de modo crítico e atento, a uma das tentativas de radicalização das lutas, tanto operárias, quanto estudantis, que sacudiram o mundo. Lutas estas que ameaçaram a própria manutenção da ordem capitalista francesa e, resguardando seus limites, do modo de produção capitalista em geral, dado o seu caráter internacional graças à crise de acumulação de capital enfrentada naquele período.

A distância temporal nos auxilia e permite não cairmos em dois problemas de possibilidades de análise desta experiência: o primeiro é a percepção superficial do calor do momento, onde não temos controle e nem tempo para analisar as múltiplas determinações do fenômeno. Isso porque o envolvimento pode ser tamanho que ignoramos alguns elementos que só poderão ser compreendidos dali em diante, quando a história nos mostrar nossos erros, o desconhecimento de determinadas forças políticas, os desdobramentos históricos, etc².

Já o segundo problema consiste no distanciamento do ponto de vista da historicidade do capitalismo. Maio de 68 representou também o sintoma da crise do capitalismo oligopolista transnacional, que se tornou hegemônico desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Trata-se da crise do regime de acumulação conjugado. Após seu fim, anos depois, um novo ciclo da acumulação se inicia, com novos elementos, novas formas de dominação derivados dela³, etc. Nesse sentido, já em outro momento do desenvolvimento do capitalismo, podemos ter uma ideia melhor do que estava passando naquele período histórico. Esse distanciamento nos possibilita almejar, enfim, uma melhor análise a partir da totalidade das relações dali derivadas.

¹ Gabriel Teles é graduado em Ciências Sociais e mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFG). Contato: teles.gabriel@gmail.com

² Maurice Brinton nos alertara sobre esta questão já no calor do momento, em junho de 1968: “Uma análise completa dos eventos na França terá eventualmente que ser empreendida, uma vez que sem um entendimento da sociedade moderna, nunca será possível mudá-la conscientemente. Mas essa análise terá de esperar até a poeira baixar. [...] *os verdadeiros* eventos de 1968 terão então de ser integrados em um novo arcabouço de idéias” (SOLIDARITY, 2008, p.14).

³ E é exatamente nesse novo ciclo do capital a qual, contemporaneamente, nos encontramos; aquilo que chamam, capitalismo neoliberal, de regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992) ou, como preferimos, regime de acumulação integral (VIANA, 2009)

No entanto, ao mesmo tempo, a distância de meio século traz perigos que precisam ser anunciados possivelmente de forma mais perigosa ainda: o esquecimento e a deformação. Esquecimento do que existia de mais revolucionário e a deformação dos acontecimentos históricos, à luz de determinados interesses alheios aos que buscavam contribuir com a transformação social naquela época. Maio de 68, como qualquer experiência revolucionária, traz consigo uma enorme gama de interpretações e análises que não expressam a sua realidade concreta. E o tempo, com a força das ideias dominantes, contribuem para o perecimento do seu conteúdo radical e revolucionário. Nesse sentido, a classe dominante e suas classes auxiliares (sobretudo a intelectualidade e a burocracia) buscam, paulatinamente, meios de ofuscar a chama revolucionária ali acendida, despolitizando-a e transformando-a em um mero “café descafeinado”.

Desse modo, a distância temporal nos fornece, tal qual uma faca de gumes, uma oportunidade e um desafio. A oportunidade de perceber o valor histórico e o desafio em enfrentar as interpretações contrarrevolucionárias e conservadoras acerca desta experiência autogestionária. Em nossa perspectiva, não basta apenas descrever os eventos desencadeados em Maio de 68. É necessário desnudá-lo em suas múltiplas determinações, efetivando um processo analítico que dê conta não só de resgatar os acontecimentos daquele período, mas também de refletir sobre eles e explicitar seu significado para as lutas de classes, bem como para a possibilidade da constituição de uma nova sociedade via destruição do capitalismo.

É com essas premissas que buscamos contribuir para a análise do Maio de 68. Ao nosso ver, a experiência francesa foi uma das mais frutíferas e radicais que estourou no mundo naquele período de crise e contestação generalizada. Foi na França, especialmente em Paris e suas cidades satélites, que a síntese de um mundo em eferescência, onde as lutas de classes se intensificaram, se desaguaram de forma mais cristalina e nítida. O presente trabalho tem, portanto, foco e recorte: o Maio de 68 francês. Mas não se trata, aqui, de trazer um panorama histórico desta experiência, nem um trabalho de fôlego que consiga articular todas as determinações postas antes, durante e após esta experiência (já que impossível esgotá-las em um pequeno texto como este). Assim, buscamos trazer uma das características e elementos mais importantes observados: a aliança operário-estudantil.

Contexto e Determinações Históricas: o Maio de 68 Francês

Uma análise sobre fenômenos concretos que não perceba a totalidade de suas determinações é uma análise insuficiente ou incompleta. Marx já dizia que o concreto é a síntese de múltiplas determinações (MARX, 2008), sendo uma de suas características a historicidade⁴. Isso significa que os fenômenos são constituídos, e não “dados”, ou seja, empíricos, como alguns denominam. A partir deste ponto de partida, só podemos compreender o Maio de 68 a partir de sua reconstituição histórica, que é uma totalidade. Essa totalidade, por sua vez, está inserida em uma totalidade mais ampla: a sociedade capitalista. Assim, pensar na dinâmica histórica do Maio de 68 sem relacioná-la com a dinâmica da sociedade capitalista é um procedimento insuficiente e ideológico⁵.

Não podemos trazer aqui todos os elementos que desencadearam o Maio de 68, mas podemos evidenciar uma de suas determinações fundamentais: a crise de acumulação de capital que assolava o capitalismo daquela época. Do ponto de vista histórico, a época do Maio de 68 correspondia aos últimos suspiros daquilo que Nildo Viana (2009) chama de regime de acumulação conjugado (e que Harvey [1992], ideologicamente, chamam de regime de acumulação fordista) – fase do desenvolvimento histórico que o modo de produção capitalista estava passando naquela época. A era da acumulação conjugada se estabeleceu no mundo pós-Segunda Guerra mundial e tinha como elementos fundamentais o fordismo, enquanto processo de valorização hegemônico; a sua forma estatal integracionista (o que alguns chamam de Estado “bem-estar social”); e o imperialismo transnacional (VIANA, 2009).

O esgotamento deste regime de acumulação, entre a década de 60 e 70, a partir de sua dificuldade em resolver a tendência da queda da taxa de lucro; os conflitos sociais postos pelas lutas de classes daquele período, etc., trouxeram descontentamentos e contestações em vários lugares do mundo⁶. Na crise desse regime de acumulação, longe de ser sentida de forma homogênea, cada país se viu acometido de maneiras distintas e, por consequência, a reação dos explorados e oprimidos não fora igualmente homogênea.

Não é mero casuísmo que a década de 60, especialmente a sua segunda metade, seja denominada, por muitos de seus pesquisadores e militantes, como “década do conflito”⁷. No mundo insurgiram conflitos dos mais diversos possíveis, tanto nos países

⁴ Historicidade entendida enquanto uma categoria do método dialético, um recurso heurístico do marxismo.

⁵ No sentido que Marx e Engels (2007) conceituavam essa expressão: enquanto falsa consciência sistematizada.

⁶ Para análises pormenorizadas acerca do esgotamento deste regime de acumulação ver Cf. HARVEY, 1992; VIANA, 2009; BIHR, 2010.

⁷ No entanto, a grande maioria dos “analistas”, pesquisadores, etc., não conseguiram desvendar os motivos desta onda massiva de conflitos. Cada qual se agarrava a uma determinação isolada, sem visualizar a

de capitalismo subordinado (“3º mundo”, países “em desenvolvimento”, etc.), quanto nos países de capitalismo imperialista (países de “capitalismo desenvolvido”, capitalismo “central”, etc.), bem como no bloco dos países de capitalismo estatal (“socialismo real”) influenciados e subordinados pela União Soviética (URRS). Nesse sentido, podemos ver conflitos, antes mesmo do 68 francês, nos Estados Unidos da América (EUA), Japão, Alemanha, Itália, Brasil, México, Leste Europeu, China, Vietnã, Argélia, etc.

Isto significa que as lutas de classes se intensificaram, de modos distintos e específicos de acordo com cada país, em todo o globo. E o Maio de 68 pode ser considerado um dos conflitos internacionalizados mais fundamentais da história do capitalismo, se não o primeiro. A socialização da miséria e da exploração capitalista traz, em seu bojo, também a socialização da resistência e da contestação. Tratemos agora das consequências do esgotamento de regime de acumulação conjugado no contexto francês, foco de nosso trabalho.

A França se constituía enquanto um dos países de capitalismo imperialista com maior abertura e porosidade para o estado integracionista, sendo um dos modelos de sucesso econômico para aquele período. Após a Segunda Guerra Mundial, nos 20 anos que se seguiram, mais da metade dos camponeses franceses deixaram suas terras e migraram para o espaço urbano, onde, juntamente com os trabalhadores imigrantes (especialmente das ex-colônias francesas na África) anexaram-se às fileiras das classes trabalhadoras (SCHWARZ, 2008), especialmente da classe operária.

Após o fim da Guerra da Argélia, em 1962, a economia francesa cresce rapidamente. A perda de suas colônias força a burguesia francesa a orientar sua economia mais fortemente em direção à Europa. Em 1957, a França já havia assinado o Tratado de Roma, documento fundador da Comunidade Econômica Européia, antecessora da União Européia. A integração econômica da Europa favorece a construção de novos ramos da indústria, que compensam o declínio das minas de carvão e de outras velhas indústrias além do esperado. Na área de automóveis, aeronaves, tecnologia espacial, armamentos e energia nuclear, com o apoio do governo abrem-se novas fábricas e companhias (SCHAWARZ, 2008, s/p).

Com essa nova formatação produtiva, a França “moderniza” seu capitalismo e disputa, junto com os EUA, a Alemanha e o Japão, um dos postos de potência “econômica” capitalista. Com o envolvimento maior de tecnologia na cadeia produtiva, cresce a necessidade da força de trabalho especializada em maior escala: engenheiros, técnicos, trabalhadores especializados, burocratas empresariais, etc.

totalidade da sociedade seus rumos apontados. Nesse sentido, constituem como ideologias que mais contribuem para ofuscar a realidade e, portanto, contribuem para a resolução dos conflitos para o lado da classe dominante.

Além disso, com o estado integracionista, o número de serviços públicos estatais, ou ligados à dinâmica institucional, cresce exponencialmente; a consequência disso é, igualmente, o crescimento exponencial da burocracia estatal e civil. Todo esse processo requisitará um maior número de força de trabalho especializada e qualificada. As universidades, berço da produção desse tipo força de trabalho, possuem um papel fundamental nesse processo. Mas, ao mesmo tempo, elas também começam a passar por profundas mudanças que afetarão sua estrutura e orientação educacional. João Bernardo (2008) nos fornece uma destas mudanças no interior do espaço universitário.

O desenvolvimento do capitalismo, com as pressões para o aumento da produtividade e, portanto, com a necessidade de qualificar a força de trabalho, converteu universidades de elite em universidades de massa e transformou a maioria dos estudantes universitários em futuros trabalhadores (BERNARDO, 2008, p. 22).

Assim, o autor trata da mudança de orientação das Universidades, que se tornaram verdadeiras fábricas de produção de novos burocratas e especialistas para dar conta do desenvolvimento da acumulação de capital. No entanto, esse processo não se deu só na França: todos os países de capitalismo imperialista, devido à necessidade daquele contexto, tiveram uma mudança. E isso, evidentemente, trouxe modificações na orientação ideológica, reproduzidas pelo espaço acadêmico.

Contudo, há também uma mudança importante no contexto universitário francês: explode o número de vagas⁸ para o ingresso na educação superior. Em 1956 a França possuía 207 mil universitários matriculados; um número, para época, já expressivo, sendo um dos países com o maior número de universitários do mundo. Dez anos depois, este número cresce em 143%, saltando para 505 mil universitários em 1967 (BACHY & BACHY, 1973, p. 21). As consequências também são sentidas no âmbito da educação secundária e na própria composição social e dinâmica das classes sociais francesas.

No entanto, passada sua “fase de ouro”, o regime de acumulação conjugado começa a ruir em meados da década de 1960 e esse processo traz consequências diretas e graves ao capitalismo francês. O Maio de 68 francês só é clarificado se tivermos em conta esse processo, já que há implicações tanto para os estudantes, quanto para a classe operária e demais trabalhadores assalariados.

⁸ Mandel também coloca que o aumento de número de vagas foi feito também em outros países de capitalismo imperialista: “A explosão universitária a que assistimos ainda hoje foi, pois, consequência de uma procura fortemente acrescida e de uma oferta não menos fortemente aumentada de mão-de-obra intelectual” (MANDEL, 1979, p. 42).

O Movimento Estudantil no Maio de 68

Como pudemos evidenciar, havia um contexto favorável para a radicalização das lutas de classes na França⁹. Mas como se deu o processo revolucionário do Maio de 68? Primeiro o apresentaremos no contexto estudantil, já que foram os estudantes que deram início ao processo de contestação e, posteriormente, no do movimento operário. O contexto de crise afeta as políticas de educação francesa. Diversas medidas são tomadas para conter os gastos públicos.

O estopim para a contestação juvenil inicia-se na Universidade de Nanterre, não por mero acaso. Nanterre fora construída em 1964 em um contexto do *boom* do crescente número de vagas universitárias para suprir a demanda de força de trabalho especializada. A cinco quilômetros de Paris, localiza-se em uma das regiões mais pobres e desvalorizadas da cidade (chamadas de “*bidonvilles*”¹⁰), rodeada por um grande e expressivo complexo industrial e fabril (SCHAWARZ, 2008).

Em contexto de crise, Nanterre e as demais universidades “marginalizadas”, são as primeiras atingidas pelos cortes na educação e pela repressão posterior à contestação. No início do ano de 1968, estudantes de Nanterre protestam contra a Guerra do Vietnã¹¹ e o caráter passível do governo francês sobre esta questão. A resposta do Estado e da burocracia universitária é a repressão: diversas medidas disciplinares, repetidas intervenções policiais e a detenção de alguns estudantes, intensificam ainda mais o descontentamento e a contestação. A resposta dos estudantes vem no dia 22 de março, que se torna, inclusive, o nome de uma organização política estudantil que terá grande importância nos acontecimentos seguintes:

No dia 22 de março de 1968, quatro membros do grupo de Cohn-Bendit foram presos ao pregar cartazes. Depois da manifestação que se seguiu à prisão, com a invasão de cerca de 150 estudantes à sede administrativa da universidade, o grupo foi batizado com a data desse protesto, 22 de Março, símbolo início da luta naquela cidade (GROPPO, 2005, p. 216).

⁹ Não esquecemos, também, que França sempre teve um histórico de experiência revolucionárias e uma intensa agitação revolucionária ao longo de sua história. As revoluções de 1848, Comuna de Paris, etc.

¹⁰ Em tradução livre, seria o equivalente a “favela” no português.

¹¹ Os protestos contra a Guerra do Vietnã (empreendida pelos Estados Unidos contra o Vietnã do Norte) terão lugar privilegiado nas lutas estudantis da década de 60. Em janeiro de 1968, os norte-americanos começam a “*Ofensiva Tet*”, o que faz explodir muitas revoltas e manifestações contrárias no mundo todo. É deste acontecimento que se trata a manifestação de Nanterre.

Grosso fala em “invasão”, mas o que se desenrolou naquele contexto foi, na verdade, uma ocupação. Nesse sentido, a ocupação de Nanterre se constituiu como a primeira ocupação e primeira ação radicalizada dos estudantes contra a repressão do Estado e da burocracia universitária. Com a rápida generalização das ocupações da faculdade dessa Universidade, e o massivo apoio do corpo docente e discente, a reitoria manda fechar por um mês o espaço universitário. Essa medida acaba dando maior visibilidade às demandas dos estudantes, o que trará consequências no sentido de se espalhar para outras universidades.

Com a ocupação da Sorbonne¹² em maio, o movimento estudantil, a partir de suas demandas, começou a ter enorme visibilidade, já que esta universidade, com tradições de vários séculos, possuía um grande valor simbólico cultural francês. Em 3 de maio, a CRS¹³ (Companhia Republicana de Segurança) invade esta universidade a mando do reitor (Paul Roche) e do ministro da educação (Alain Peyrefitte). A repressão é brutal: muitos estudantes presos, espancados e alguns deles, os mais conhecidos, sumariamente condenados. A consequência dessa ação é colocada por Brinton:

A inacreditável – embora inteiramente previsível – incompetência desta “solução” burocrática para o “problema” do descontentamento estudantil precipitou uma reação em cadeia. Ela despertou a raiva, o ressentimento e a frustração de dezenas de milhares de jovens que possuíam agora um motivo para uma ação futura, além de um objetivo alcançável. Os estudantes, despejados da universidade, tomaram as ruas, reivindicando a libertação de seus companheiros, a reabertura de suas faculdades, a remoção dos policiais. Levas e levadas de novas pessoas logo entraram na luta. O sindicato estudantil (UNEF) e o sindicato dos professores das universidades (SNESup) convocaram uma greve por tempo indeterminado. Durante uma semana os estudantes defenderam suas ideias em manifestações de rua cada vez maiores e mais militantes. No dia 7 de maio, terça-feira, 50 mil estudantes e professores marcharam pelas ruas (SOLIDARITY, 2008, p. 16).

É neste contexto que ocorre a famosa *Noite das Barricadas*, onde estudantes e apoiadores enfrentaram a repressão policial durante toda a madrugada do dia 10 para o dia 11 de maio. “A batalha estendeu-se até as 6 horas da manhã do 11. Com 367 feridos, 460 presos e 180 carros destruídos” (GROPPO, 2005, p. 222). Apesar da brutal repressão, não conseguiram retirar os estudantes das ruas que se defendiam em dezenas de barricadas¹⁴

¹² “A Sorbonne foi repentinamente transformada de um antiquado recinto onde o capitalismo francês selecionava e moldava seus hierarcas, seus tecnocratas e sua burocracia administrativa, em um vulcão revolucionário em plena erupção, cuja lava se espalharia longe e amplamente, cauterizando a estrutura social na França Moderna” (SOLIDARITY, 2005, p. 38).

¹³ Atual Polícia Nacional (Police Nationale).

¹⁴ “Todos faziam alguma coisa, ainda que não soubessem exatamente o que e para que. Na Rua Gay Lussac foram construídas dez barricadas, uma atrás da outra. Isso não tinha nenhum significado militar, apenas tínhamos vontade de fazer barricadas” (COHN-BENDIT, 1988, p. 41)

espalhadas pelo *Quartier Latin*¹⁵. Dias depois, mais de um milhão de pessoas foram às ruas em solidariedade aos estudantes e contra o governo. Entre os estudantes havia uma clara consciência da necessidade de suas lutas se estenderem para além do meio universitário e para além de demandas estudantis.

Havia uma profunda consciência de que o problema não poderia ser resolvido no Quartier Latin, que o isolamento da revolta em um “gueto” estudantil (mesmo que um “gueto” autônomo) significaria a derrota. Eles compreendem que a salvação do movimento reside na sua extensão a outros setores populares (SOLIDARITY, 2008, p. 20).

Conscientemente, setores estudantis radicalizados que, naquele momento, possuíam hegemonia entre os estudantes no geral, convocaram e estabeleceram que suas lutas deveriam se aliar às lutas históricas do movimento operário. Começava, então, uma luta cultural para a aliança estudantil-operária se efetivar. É nesse momento que o movimento operário é ingressado no Maio de 68 – trataremos desta questão agora.

O Movimento Operário no Maio de 68

O ingresso do movimento operário no conflito se deu a partir de uma greve geral, de 24 horas, puxada pelas centrais sindicais francesas e encabeçada fundamentalmente pela CGT (Confederação Geral do Trabalho), entre os dias 13 e 14 de maio, constrangidos pela erupção estudantil. No entanto, apesar de as centrais sindicais reforçarem a ideia de ser uma greve de um dia, o que se viu foi uma generalizada e simultânea greve, com ocupações de fábricas nunca vista antes na história francesa. Independentemente dos sindicatos, os trabalhadores começaram a ocupar fábricas, cruzar os braços em greves e manter contato, direto, com os estudantes que buscam uma aliança com eles.

No dia 17 de maio havia 200 mil grevistas; já no dia seguinte, 1 milhão, e mais de 50 fábricas ocupadas. Em menos de uma semana o número chegou aos expressivos 10 milhões de trabalhadores em greve; uma verdadeira e autêntica greve geral que literalmente parou a França. A maioria dos liceus foi fechada, os trabalhadores do transporte “público” (coletivo) paralisaram, além dos demais serviços de uso comum: “os aeroportos, táxis, metrô, rádios, televisões, jornais, correios, telefone e setores do comércio começaram a parar também” (GROPPO, 2005, p. 224). Já no interior do

¹⁵ Quartier Latin é um bairro parisiense que fica à margem do Rio Sena, em torno da Universidade de Sorbonne.

movimento operário a força da greve é enorme: 94,8% dos trabalhadores do setor automobilístico entram em greve; 94,2% na indústria têxtil e 91,8% nos setores de combustíveis, minérios, gás, eletricidade, água, etc. (ADAM, 1970).

No entanto o significado histórico e revolucionário desta experiência não se encontra em seus números ou em dados estatísticos de quantas pessoas aderiram ou não às mobilizações daquele período. Maurício Tragtenberg (2008) já nos alertara que o caráter anticapitalista e autogestionário da luta pela transformação social não se dá tão somente a partir de determinadas reivindicações (e acrescentamos: nem do número de indivíduos), mas sim, fundamentalmente, no fato do movimento operário, em seu processo de luta, constituir organizações autárquicas (auto-organizadas), igualitárias, criando, assim, uma nova sociabilidade, a autogestão de suas lutas rumo a autogestão da sociedade. No caso do movimento estudantil, enquanto um movimento social específico, por não possuir um projeto alternativo de sociedade, o caráter revolucionário se dá na articulação de suas reivindicações com as do movimento operário.

Devido à sua impossibilidade de promover, por si mesma, a revolução social, então a juventude busca se aproximar do proletariado para conseguir concretizar o projeto autogestionário. A união do proletariado para conseguir concretizar o projeto autogestionário. A união do proletariado e da juventude gera, por sua vez, uma fusão que abre espaço para a possibilidade concreta da autogestão, pois a transformação das relações de produção e a ação juvenil no interior das demais relações sociais criam o clima favorável para aglutinar os demais setores descontentes da sociedade e garantir uma hegemonia do projeto autogestionário. Esse foi o processo que se iniciou no final da década de 1960 e quase se concretizou no Maio de 1968 em Paris (VIANA, 2015, p. 155-116).

A radicalização das lutas estudantil-operárias não se deu apenas devido ao descontentamento por parte desses setores da sociedade, mas também devido ao acúmulo histórico já esboçado pelo movimento operário e pelos revolucionários que o apoiaram. É precisamente nessa época que autores marxistas voltam a ser lidos e debatidos (Marx, Rosa Luxemburgo, comunistas de conselhos); o anarquismo ressurge; as teses do grupo em torno da revista *Socialismo ou Barbárie* começam a ter expressiva influência; e a *Internacional Situacionista* adquire um papel importante no bojo do processo revolucionário. Enfim, uma cultura contestatória (VIANA, 2015) é resgatada, desenvolvida e posta em ação por estudantes e trabalhadores na França de 68.

No interior das ocupações universitárias, a palavra de ordem será *autogestão*. Inclusive é neste período que esta palavra adquire outro significado¹⁶ para expressar o conteúdo revolucionário do proletariado e distanciar do caráter burocrático dos partidos “comunistas” e do leninismo (GUILHERM & BOURDET, 1976).

A confusa aspiração de maio de 1968 em substituir um centralismo opressivo, de origem jacobina e uma burocracia todo-poderosa, própria do modelo socialista tradicional, por organismos políticos e econômicos descentralizados no qual seria lícito a cada um assumir de novo sua existência total, tomar conta do seu próprio destino, em uma palavra, “significar” uma vida que se fez absurda, vai em busca de uma doutrina global que pode traduzi-la em termos claros; e a esse respeito a autogestão se presta maravilhosamente (ARVON, 1982, p. 38).

Maurice Brinton (2008, p. 48), por exemplo, coloca o caráter de abolição do objetivo da universidade no capitalismo pelos estudantes em Maio de 68: “Aqueles que participaram na Sorbonne não devotaram seus esforços para uma mera reorganização do sistema educacional, mas a uma total subversão da sociedade”. Abriam a universidade para o restante da sociedade de forma que todos pudessem participar e todos tivessem o mesmo peso em encaminhamentos das assembleias. Primeiro chegaram delegados de outras universidades ocupadas, depois as dos colégios secundaristas, e, por fim, os delegados de trabalhadores.

Dia após dia o pátio e os corredores permanecem abarrotados, num fluxo bidirecional para todas as partes imagináveis do enorme prédio. [...] Uma nova estrutura está gradualmente sendo construída. [...] As salas são distribuídas para o Comitê de Ocupação, para o Comitê de Imprensa, para o Comitê de Propaganda, para os comitês de aliança estudantes/trabalhadores, para os comitês que tratam de estudantes estrangeiros, para os comitês de ação dos secundaristas, para o comitê que trata da distribuição do espaço físico, e para as inúmeras comissões que se encarregam de projetos tais como a produção de um dossiê sobre as atrocidades policiais, o estudo das implicações da autonomia, do sistema de avaliação etc. Qualquer um procurando com o que se ocupar pode prontamente encontrar algo para fazer (SOLIDARITY, 2008, p. 48).

Esse tipo de organização e o caráter revolucionário das ações estudantis não se concentravam apenas na Sorbonne, mas na quase totalidade das universidades ocupadas. Isso expressa o caráter hegemônico que esses setores estudantis possuíam no Maio de 68. Brinton, novamente, nos dá outro exemplo com a ocupação do “Centre Censier” (um prédio da nova Faculdade de Letras da Universidade de Paris):

¹⁶ Segundo Guilherm e Bourdet (1976), a palavra autogestão em francês apareceu no início dos anos 60 para expressar a experiência Iugoslávia de Tito. É a tradução literal da palavra servo-croata “*samoupravje*” (samo = “auto”; upravlje = “gestão”).

Logo após o Censier ser ocupado, um grupo de ativistas controlou uma grande parte do terceiro piso. Esse espaço seria a sede dos então propostas “comitês de ação trabalhador-estudante”. A ideia geral era estabelecer laços com grupos de trabalhadores, por menores que fossem, que compartilhassem a visão revolucionária-libertária desse grupo de estudantes. [...] O que uniu os companheiros do Censier foi a nítida percepção das potencialidades revolucionárias da situação e o entendimento de que não tinham tempo a perder. [...] Quais eram suas ideias? [...] um rápido e autônomo desenvolvimento da luta da classe trabalhadora, a organização de comitês de greve eleitos que fizessem a ligação entre os sindicalizados e não-sindicalizados em todas as empresas e indústrias em greve, reuniões regulares dos grevistas de modo que as decisões fundamentais permanecessem nas mãos do trabalhador comum, comitês de defesa dos trabalhadores para defender os piquetes das intimidações da política, um diálogo constante com os estudantes revolucionários com o objetivo de restituir à classe trabalhadora sua própria tradição de democracia direta e sua própria aspiração à autogestão, que foi usurpada pelos burocratas dos sindicatos e partidos políticos (SOLIDARITY, 2008, p. 50)

Em síntese, o significado histórico revolucionário de Maio de 68 é constituído ao buscarmos e resgatarmos a autogestão de suas lutas, tanto estudantis, inicialmente, quanto operárias, em menor grau, posteriormente.

O fim do Maio de 68: a burocracia, novamente, salva a burguesia

O esgotamento do Maio de 68 começa a ser percebido pelos fins de maio e início de junho. A última cartada é posta: se os estudantes se aliaram com os trabalhadores, várias organizações burocráticas buscam se aliar à burguesia para deter a experiência revolucionária. Assim, às escondidas, é feito um acordo entre os sindicatos, as associações patronais e o governo. “No dia 27 [de maio], anunciaram-se as ‘conquistas’ para os trabalhadores em greve: 35% de aumento salarial, diminuição da semana de trabalho, mais direitos sindicais, pagamento normal pelos dias parados, etc.” (GROPPO, 2005, p. 226). No entanto, os trabalhadores, tendo consciência de sua força naquele momento, rejeitaram tais propostas.

A tática da CGT e do PCF, a partir deste momento, começa a mudar: agora buscavam fragmentar a luta nas negociações e nos acordos (BERNARDO, 2008). Essa medida começa a obter resultados, posto que um expressivo número de fábricas estava sob controle dos sindicatos.

Presos dentro das fábricas por piqueteiros designados, que falam pelos oficiais do sindicato, informados por microfones e pela imprensa que os militantes lá fora são provocadores anarquistas que seguem um irresponsável Líder estrangeiro [trata-se de Cohn Bendit], os trabalhadores se tornam ainda mais dependentes. Presos em um contexto no qual todos os seus poderes são alienados, os trabalhadores veem suas possibilidades do ponto de vista da

impotência - e desse ponto de vista, nada é possível e nada pode ser aprendido (GREGOIRE & PERLMAN, 2017, p. 61).

Já algumas semanas parados, os trabalhadores sinalizam sinal de cansaço com a situação. De Gaulle, presidente da França, busca apoio de suas tropas do exército na Alemanha Ocidental e não descarta o uso das forças armadas. Em 30 de Maio, estrategicamente, De Gaulle pronuncia em rádio uma convocação para a participação, da população em geral, a um ato cívico contra a ameaça do comunismo; e mais de meio milhão de pessoas participam. A composição dos participantes desse ato, segundo Martins Filho (1996, p.106), era constituída por “jovens burgueses, políticos de renome, gordas camponesas, paraquedistas da Argélia vestidos com uniforme de combate”. Enfim, o que era de mais reacionário e conservador na França¹⁷. Os estudantes buscaram reagir com uma manifestação no 1º de junho; mas apenas 30 mil pessoas aparecem. À medida que os sindicatos conseguiam neutralizar a aliança entre os estudantes e os trabalhadores, as ocupações de fábrica e a greve refluíam dia por dia, até chegar a um ponto que se tornara perigoso continuar em greve ou ocupar a fábrica.

Nos locais onde os trabalhadores, desvinculados das burocracias, decidiram corajosamente resistir, as tropas da política, e até mesmo forças do Exército, foram usadas para expulsar à força os grevistas. Assim, paulatinamente, o movimento operário autodeterminado foi refluindo até voltar à normalidade do trabalho.

Por fim, os trabalhadores regressaram ao trabalho e a classe dominante concentrou novamente o poder em suas mãos. Quando o movimento começou a minguar, o Estado iniciou sua vingança. Houve incidentes violentos, sobretudo no dia 11 de junho com 400 feridos, 1.500 detidos e um manifestante morto com um tiro em Montbéliard. No dia seguinte, foram proibidas as manifestações na França, pouco depois, os estudantes foram expulsos do Odéon e, dois dias mais tarde, da Sorbonne. Começou então a criminalização. Na cadeia estatal de rádio e televisão, ORTF, foram demitidos 102 jornalistas por suas atividades durante os acontecimentos. Enviaram a polícia às universidades de Nanterre e Sorbonne para controlar os documentos de identidade dos estudantes e não saíram de lá antes de 19 de dezembro. Foi aprovado um pacote de medidas de austeridade no dia 28 de novembro na Assembleia Nacional (WOODS, 2016, p. 116).

¹⁷ “Algumas dezenas de milhares de apoiadores do governo se manifestaram desde a Concordia até o Étoile. Foram realizadas manifestações similares de apoio ao governo em toda a França. Mas uma olhada mais atenta nas fotografias revelava imediatamente a verdadeira natureza dessas manifestações: prefeitos aposentados enrolados em faixas tricolores, cidadãos de classe média barrigudos, pensionistas e outras figuras parecidas indignadas e insatisfeitas com a sociedade. Basta comparar estas fotografias com as manifestações massivas do proletariado alguns dias antes para descobrir a verdadeira correlação de forças. Tudo de vivo, forte e vibrante da sociedade francesa se reuniu sob a bandeira da revolução, enquanto que tudo de opaco, velho e decadente estava do outro lado das barricadas. Um bom empurrão bastava para derrubar tudo. O que faltava era um golpe de misericórdia, mas este nunca foi dado” (WOODS, 2017, p. 117).

Além disso, 150 estrangeiros que teriam participado ativamente dos acontecimentos do Maio de 68 foram expulsos do país pelo governo, que também decretou o fechamento de 11 organizações de “extrema-esquerda”, entre elas um dos mais famosos: o coletivo 22 de Março (GROPPO, 2008). Diante de todas essas medidas, o refluxo das lutas radicais foi eminente.

Georges Seguy (apud DEMENACH, 1968, p. 35), secretário-geral do CGT na época, afirmara com todas as letras que a CGT contribuiu para o estabelecimento da ordem e retomada do geral do trabalho: “A opinião pública perturbou-se com as confusões e as violências, desorientada pelas posições equivocadas e o abandono do Estado, de modo que a CGT, a grande força tranquila, é quem veio restabelecer a ordem ao organizar a retomada geral do trabalho”. Assim, não resta dúvida sobre a grande contribuição contrarrevolucionária do PCF e da CGT: a burocracia, novamente, salvou a burguesia do processo revolucionário dos explorados e oprimidos.

Considerações Finais

O itinerário do presente texto demonstra a importância que se revestiu a aliança entre o movimento estudantil e o movimento operário. Trata-se de uma coligação que expressou não só a recusa da precariedade das condições tanto estudantil quanto operária, mas a recusa da totalidade da sociedade francesa e do capitalismo no geral.

O Maio de 68 francês, longe de ser uma experiência não passível de crítica¹⁸, demonstrou, novamente, ao mundo que o movimento operário é a classe revolucionária dos nossos tempos. A chama continua acesa: *a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*.

Referências Bibliográficas

ADAM, G. *Étude statistique des grèves de mai-juin 1968*. Revue française de science politique, v.20, n.1, p. 105-119, 1970.

ARVON, H. *La Autogestion*. 2ª edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

¹⁸ Buscaremos, em um outro trabalho, expor aquilo que compreendemos os limites e críticas acerca desta experiência autogestionária.

BACHY C. & BACHY, J-P. *Les Étudiants en la Politique*. Paris: Armand Colin, 1973.

BERNARDO, J. *Estudantes e Trabalhadores no Maio de 68*. Revista Lutas Sociais, n.19/20, 2008.

BIRH, A. *Da Grande Noite à Alternativa - O movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CASTORIADIS, C. *Socialismo ou Barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COHN-BENDIT, D. *O Grande Bazar. As revoltas de 1968, conversas com Michel Lévy, Jean-Marc Salmon e Maren Sell*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CUEVA, A. *La Concepción Marxista de las Clases Sociales*. Debate e Crítica. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais. Núm. 03, 1974.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

LÊNIN, V. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Paulo, 2014.

GUILLERM, A. & BOURDET, Y. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

GREGOIRE & PERLMAN. *Comitês de ação dos trabalhadores e estudantes. França, maio de 68*. Disponível em: <<http://libcom.org/library/comit%C3%AA-de-a%C3%A7%C3%A3o-de-trabalhadores-e-estudantes>> . Último acesso em 08/02/2018.

GROPPO, L. *Uma Onda Mundial de Revoltas: Movimentos Estudantis de 1968*. Editora UNIMEP: Piracicaba, 2005.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002.

JAPPE, A. *Guy Debord*. Lisboa: Antígona, 2008.

MAKHAISKY, J. *Ciência Socialista, A Nova Religião dos Intelectuais*. In: TRAGTENBERG, M. (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MANDEL, E. *Os intelectuais, os estudantes e a luta de classes*. Lisboa: Antídoto, 1979.

MARTINS FILHO, JR. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora da UFSCAR, 1998.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Editora Boitempo: São Paulo, 2002

SCHAWARZ, P. 1968: *A greve geral e a revolta estudantil na França*. Disponível em: <<https://www.wsws.org/pt/2008/jun2008/port-j23.shtml>>. Último acesso: 01/02/2018.

TELES, G. & FERREIRA, A. *Período de Transição ou Contrarrevolução Burocrática? Crítica ao Leninismo e seus desdobramentos históricos*. Revista Enfrentamento, ano 12, n. 21: Goiânia, 2017.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo: UNESP, 2008.

VIANA, N. *Juventude, contestação, autogestão*. In: VIANA, N. *Juventude e Sociedade: Ensaio sobre a condição juvenil*. Giostri: São Paulo, 2015.

_____. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

_____. *Autogestão: O Signo e o Ser*. Revista Enfrentamento, ano 8., n.14, jul./dez., 2013.

_____. *Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 02, num. 03, jan./jun., 2015.

_____. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis, Bookess, 2012.

WOODS, A. *A Revolução Francesa de Maio de 1968*. Revista Marxismo e Autogestão.
Ano 03, num. 05, jan./jun. 2016.